

ANO E SEMESTRE 2025 – 2º

PROFESSOR(ES)

Luciano de Araujo Ferraz

CÓDIGO E ATIVIDADE DA DISCIPLINA

DIR DIP879

TEMA

Temas de Direito Administrativo

SUBTEMA

Parcerias em infraestrutura na Administração Pública (concessões, parcerias público-privadas e outras formas de delegação)

AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?

(X) Sim () Não

AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?

(X) Sim () Não

DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
2ª Feira	18:00/21-30	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					

(X) Não () Sim Qual:

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	CICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?				
() Sim (X) Não	(X) Não				
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO				

PROJETO COLETIVO AO QUAL ESTÁ VINCULADO

Direito Administrativo: entre a tradição e as tendências contemporâneas

EMENTA

1.Serviços Públicos e atividades econômicas no contexto da Constituição e da Administração Pública brasileiras 2. Desestatitzação: privatização, desinvestimento, delegação. 3. Parcerias em projetos de infraestrutura: a) Concessões comuns de serviços público; b) permissões de serviços públicos (Lei 8.987/95 e Lei 9.074/95); c) parcerias público-privadas no Brasil e experiências internacionais (Lei 11.079/04); Concessão patrocinada e concessão administrativa. Estudos de caso (educação, saúde, presídios, estradas). 3. Remuneração dos concessionários (tarifas, receitas acessórias, complementares ou de projetos associados, contraprestações, aportes). 4. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessões e PPP. 4.1 Equilíbrio estático e equilíbrio dinâmico. 4.2. Renegociação e relicitação nas concessões e PPP. 4.3 Extinção forçada das concessões: intervenção, encampação, caducidade. 5 Concessões e delegações em espécie: a) Concessões e arrendamentos portuários (Lei 12.815/13); b) Concessões ferroviárias (Lei 14.273/21); c) Concessões, permissões e autorizações de Energia Elétrica (Lei 9.427/96 e Lei 14.300/22); d) Concessões rodoviárias (Lei 9.277/96); e) Concessões minerárias (Lei 9.406/18) e (f) concessões de petróleo (Lei 9.478/97). Consensualidade aplicada aos contratos de concessão e PPP. Estudos de casos sobre a atuação do TCU – SECEXCONSENSO.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, Alexandre Santos. O serviço público e as suas crises. In. ARAGÃO, Alexandre Santos. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo Marques Neto. Direito Administrativo e seus paradigmas, Belo Horizonte: Forum, 2008.





- AUSTIN, Denis. Arrendamento portuário: Ontem, Hoje, Amanhã. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 315-331.
- BICALHO, Alécia Paolucci Nogueira: Desestatizações: privatizações. Delegações, Desinvestimentos. Parcerias.
- BRAGA, Carlos Eduardo Teixeira. Indenização antecipada por extinção antecipada das novas concessões das rodovias paulista. file:///C:/Users/Luciano/Downloads/INDENIZACAO POR EXTINCAO ANTECIPADA%20(2).pdf.
- CAMARA, Jacinto Arruda. A Taxa Interna de retorno como elemento do equilíbrio econômico-financeiro das concessões. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. P. 375-385.
- CARVALHO, Juliane Erthal de. TONIN, Mayara Gasparoto. Alienação de ativos das empresas estatais nos setores de infraestrutura, In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. p. 157-174.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parecerias na Administração Pública. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2015.
- FERRAZ, Luciano. ALMEIDA THIAGO. Parcerias Público Privadas no Brasil e no Mundo. In. PIRONTI, Rodrigo. PAULA. Marco Aurélio Borges de. (Coord.). Compliance, Gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2020. 475-506.
- FERRAZ, Luciano. Parecerias Público-privadas: sistemática legal e dinâmica de efetivação. MOTTA, Fabrício. In. Direito Público Atual: estudos em homenagem ao professor Nelson Figueiredo, Belo Horizonte: Forum, 2008.
- FERRAZ, Luciano. Controle e consensualidade: fundamentos para o controle consensual da Administração Pública. 2. Ed., Belo Horizonte: Forum, 2020.
- FERRAZ, Luciano. SEABRA GODOI, Marciano. SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de Direito Financeiro*. 4 ed., Belo Horizonte: Forum, 2025.
- FILIPPIN, Rafael Ferreira. Aspectos jurídicos, ambientais e regulatórios do aproveitamento do Biogás: uma contribuição aos modelões de negócio. In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. P. 281-295.
- FORNI, João. A Consensualidade no TCU: fundamentos teóricos, enquadramento jurídico e diferenças em relação ao TAG, in. FERRAZ, Luciano (Coord.). A Consensualidade Administrativa como alternativa à lógica do controle sanção na Administração Pública. Vol. 2, São Paulo: Dialética, 2025. p..51-87.
- FREIRE, André Luiz. Direito dos Contratos Administrativos, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.
- FREITAS, Rafael Veras. Equilíbrios econômico-financeiros as concessões, Belo Horizonte: Forum, 2023.
- FREITAS, Rafael Veras. ALTOÉ JÚNIOR, José Egídio. A SECEXCOSENSO e o Regime jurídico-econômico de Renegociação dos contratos de concessão. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 477-496. ISFER, Renata Becker. A evolução do setor elétrico brasileiro. In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. p. 337-352.
- JUSTEN FILHO. Marçal. Teoria das Concessões: São Pajulo :dialética,2996.
- KLEIN, Aline Lícia. Formas de Extinção das concessões e seus efeitos. https://enciclopediajuridica.pucsp.br/pdfs/formas-de-extincao-das-concessoes-e-seus-efeitos_58edbaea75587.pdf
- KLEIN, Aline Lícia. Alguns Apontamentos sobre a renegociação de contratos de concessão. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 201-118.
- KLEIN, Alícia Lícia. Consensualidade na execução dos contratos de concessões rodoviárias. In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. p. 1-9.
- LEFÉVRE, Mônica Bandeira de Mello. O Marco legal das ferrovias: reflexões sobre a Lei 14.273/2021 à luz dos regimes de exploração positivados. Desafios e perspectivas. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA, JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 439-462.
- LOUREIRO, Gustavo Kaercher. RODRIGUES, Iteberê de Oliveira Castellano. O Mito do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão na Constituição de 1988. In. SIQUEIRA NETO, José Francisco. Gestão, infraestrutura, Inovação, São Paulo: Mackenzie e Revista dos Tribunais, 2021. p. 137-165.



www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636



- MARRARA, Thiago. MAFFIOLETTI. Emanuelle Urbano. Intervenção direta do Estado na economia por participações minoritárias: formas e requisitos e razoabilidade. In. PONTES FILHO. Valmir. MOTTA, Fabrício. GABARDO, Emerson. Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento, Belo Horizonte: Forum, 2017. 355-374.
- MASTROBUONO, Cristina M. Wagner. A Evolução da matriz de riscos nos contratos da ANTT. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 283-297.
- MOISÉS, Rodrigo Gabriel. A natureza dos serviços públicos de educação. In. PONTES FILHO. Valmir. MOTTA, Fabrício. GABARDO, Emerson. Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento, Belo Horizonte: Forum, 2017. P. 399-415.
- MOREIRA, Egon Bockman. Direito das concessões de serviços públicos. 2. Ed., Belo Horizonte, Forum, 2022.
- MOREIRA, Egon. Bockman. ÁVILA, Natalia Resende Andrade. Relicitação: a lógica jurídico-econômica por trás do instituto. Direito Público da Economia, v. 79, p. 9-26, 2022.
- NESTER, Alexandre Wagner. A inserção do regime concorrencial nos serviços públicos. In. ARAGÃO, Alexandre Santos. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo Marques Neto. Direito Administrativo e seus paradigmas, Belo Horizonte: Foum, 2008. NETO, Floriano de Azevedo Marques. Concessões. Belo Horizonte: Forum, 2015.
- PEREIRA, Cesar. SCHWIND. Direito Portuário Brasileiro, 2. ed., Belo Horizonte: Forum, 2018.
- PINTO JUNIOR, Mario Engler. Empresa Estatal (função econômica e dilemas societários, 2. Es. São Paulo: Atlas, 2013. POMBO, Rodrigo Goulart Freitas. FEIJÓ. Ricardo de Paiva. Aspectos gerais das concessões de transporte de gás. In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. P. 355-365.
- REGO, André Monteiro. REGO, Andreia Nolasco Monteiro do. Distribuição de competências no Setor do Gás Natural: By-Pass Comercial do sistema de serviços locais de gás canalizado. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 221-236.
- REIS. Tarcila. JORDÃO. Eduardo. Estudo comparado sobre receitas acessórias em concessões e parcerias público-privadas. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marcal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 345-359.
- RIBEIRO, Diogo Albaneze Gomes. Reequilíbrio Cautelar nas Concessões de Serviços Públicos. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 333-343.
- SCHWIND, Rafael. Formas heterodoxas de reequilíbrio econômico-financeiro, definição do mecanismo aplicável e a questão do tempo de recomposição. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 499-523.
- SCHWIND. Rafael WALLBACH, Remuneração do concessionário. Belo Horizonte: 2010.
- SCHWIND. Rafael WALLBACH. Liberdade de preços nos terminais portuários: o caso dos preços ad valorem. In. JUSTEN FILHO, Marçal. BARCELOS SILVA, Marco Aurélio. (Coord.) 2ª Reimpressão. Direito da infraestrutura, Belo Horizonte: Forum, 2019. P. 297-398.
- SADDY, André. Possibilidade de extinção de concessão de serviço público justificada na recuperação judicial de sociedade empresária O caso do setor elétrico brasileiro. https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/198/ril_v50_n198_p33.pdf.
- STROBEL, Bernardo Guimarães. et. al. Comentários à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), Belo Horizonte: Forum, 2019.
- STROBEL, Bernardo Guimarães. Objeto da Concessão de Serviço Público como atividade pública e seus efeitos sobre a mutabilidade do contrato. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 253-269.
- SUNDFELD, Carlos Ari. Público e Privado no desenvolvimento de empreendimentos estatais. In. PONTES FILHO. Valmir. MOTTA, Fabrício. GABARDO, Emerson. Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento, Belo Horizonte: Forum, 2017, p. 37-43.
- VANZELLA. Indenização dos investimentos em superestrutura da via permanente nas estradas de ferro brasileiras. In. Vol. 3. JUSTEN, Monica. PEREIRA, César. JUSTEN NETO, Marçal. SPEZIA JUSTEN, Lucas (Coord.). Uma visão humanista do Direito: estudos em homenagem a Marçal Justen Filho, Belo horizonte: Forum, 2025. p. 465-476.



www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636



TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDEDRAL. ADPF 46 (EBCT. Atividade econômica e serviço público)

BRASIL. SUPPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 1923 (Organizações sociais: serviços econômicos e serviços sociais)

BRASIL. SUPPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ADI 3366 (Política energética nacional e da exploração do petróleo).

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 1593/2023 - PLENÁRIO - Relicitação

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 601/2023 - PLENÁRIO - Rodovias e Ferrovias

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 2190/2019 - PLENÁRIO - Rodovias e Ferrovias

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 989/2024 - PLENÁRIO - Rodovias e Ferrovias

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 10/2023 - TCU - Plenário - Setor Elétrico

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 2517/2023 – PLENÁRIO – Setor Portuário

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 2116/2024 – PLENÁRIO – Setor Minerário

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 1.260/2025 - Plenário - Solução consensual (Aeroporto do Galeão)

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 199/2025-Plenário – Solução consensual (Via Bahia)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Portal do TCU – soluções consensuais - https://portal.tcu.gov.br/solucao-consensual

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO DE CONCESSÕES: Disponível em https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/referencial-de-controle-externo-de concessoes-e-parcerias-publico-privadas

ESTADO DE SÃO PAULO. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. Relatório do Grupo de trabalho sobre extinção antecipada de contratos de parceria. https://revistas.pge.sp.gov.br/index.php/diversos/issue/view/147.